



Bresser Pereira: crítica ao pacote.



Figueiredo: a palavra final.

Doze propostas para o presidente escolher

Das 12 medidas em estudo e que deverão compor o pacote econômico anunciado para esta semana, quatro referem-se ao corte nos gastos públicos: a redução dos gastos das empresas estatais; os cortes nos subsídios ao petróleo, ao trigo e ao açúcar; o aumento da taxa de juro cobrada dos agricultores e exportadores; e o chamado "imposto-calamidade". Das 12, seis são dadas como certas, três como "prováveis" e três como de "difícil aprovação".

As seis que estão sendo consideradas já decididas, pelos técnicos que participam diretamente da elaboração do pacote são as seguintes: o corte nos gastos globais das estatais, abrangendo investimentos, outros custos e pessoal e encargos sociais; o corte nos subsídios aos derivados de petróleo, trigo e açúcar, que terão seus preços reajustados para o consumidor; o aumento na taxa de juro ao crédito rural e à exportação, em 15 pontos percentuais acima dos limites atuais; a antecipação, para julho, do Imposto

de Renda dos bancos; a criação do "imposto-calamidade", que seria um empréstimo compulsório, obtido por intermédio de uma alíquota extra do Imposto de Renda, destinado a reduzir o impacto das cheias no Sul do País; e a nomeação de ministros para os cargos de presidentes dos conselhos de administração das empresas estatais vinculadas a seus ministérios.

De acordo com aqueles técnicos, as três medidas consideradas "prováveis", por dependerem ainda da aprovação dos ministros da área econômica e do Palácio do Planalto, são: a tributação de 3% nas operações do open market; a redução na alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), incidente nas operações de crédito, de 4,9 para 1,5%; e a extinção dos limites quantitativos do crédito, com exceção das operações entre os bancos oficiais e empresas estatais.

As três, das 12 medidas, consideradas como de "difícil aprovação" pelos técnicos que

as, estão elaborando — isso porque não teriam a aprovação do presidente Figueiredo, ou ainda porque não haveria tempo de implantá-las a curto prazo (ou porque seriam vetadas pelo ministro Delfim Neto) — são: o expurgo do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) dos efeitos dos reajustes ao consumidor nos preços dos derivados do petróleo, trigo e açúcar; o aumento da taxa de juros dos empréstimos às pequenas e médias empresas; e a cassação da condição do Banco do Brasil de autoridade monetária e da condição do Banco Central de banco de fomento. Neste último caso, o Banco do Brasil passaria a ser um simples banco comercial e o Banco Central passaria a ser única e exclusivamente autoridade monetária.

Cortes nas estatais

Sempre segundo os técnicos, a Secretaria de Controle das Estatais (Sest) concluiu por uma redução de 10% nos investimentos, de 10% no custeio e de 5% nos encargos com pessoal.